

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 110/111

CURITIBA, SEGUNDA/TERÇA-FEIRA, EM 26/27 DE AGOSTO DE 2002

ANO XXVIII

## *Mesa Diretora*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PDT

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSDB

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Marcos Isfer</i>

## *Representação Partidária*

*PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.*

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 025ª SESSÃO  
EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
26 DE AGOSTO DE 2002**

*(segunda-feira)*

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nelson Tureck e Fernando Guimarães.

Às quinze horas e cinquenta minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Fernando Ribas Carli, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Nelson Tureck, Sérgio Spada; PFL: Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Nelson Justus; Hidekazu Takayama, Luiz Carlos Alborghetti; PMDB: Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (37). Achando-se ausentes os seguintes senhores deputados: Elio Rusch, Irineu Colombo, Edno Guimarães, Ricardo Maia, Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Geraldo Cartário, Carlos Simões, Luiz Accorsi, Chico Noroeste, Basílio Zanusso, Duílio Genari, Miltinho Pupio, Antonio Baratter, Eli Ghellere, José Maria Ferreira (17).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Não há expediente a ser lido, nem oradores inscritos.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 37 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

**ITEM 01**

**3ª DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei nº 530/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 030/2002, que objetiva instituir a carreira de Agente Fazendário Estadual-APE, vinculada a Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná, composta pelos atuais ocupantes de cargos públicos do Quadro Geral alocados na Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná ou Coordenação da Receita do Estado (CRE). **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EMENDA FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO, EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Aprovada a emenda.**

**ITEM 02**

**1ª DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei nº 132/2001, de autoria do deputado Sergio Spada, que autoriza o Poder Executivo a alterar a Norma de Procedimento Fiscal nº 046/99, que trata da liberação de mercadorias estrangeiras sem a comprovação do recolhimento de ICMS. **PARECERES CONTRÁRIOS DA CCJ E CF. PARECER FAVORÁVEL DA CAIC. (Publ. no DA nº 039/2001, de 17.04.2001).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 132/2001**

**P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 132/2001, de autoria do ilustre deputado Sergio Spada, pretende autorizar o governo do Estado a alterar a Norma de Procedimento Fiscal 046/99, que estabelece rotinas para o desembaraço de bens ou mercadorias importados.

Norma de Procedimento Fiscal e matéria estritamente da esfera do poder regulamentar do Executivo, ou seja, atribuição exclusiva da Secretaria da Fazenda que, por meio desse instrumento, edita regulamentos internos, com força normativa e como tal, de observância obrigatória pelos funcionários daquela secretaria.

Por tais razões, a proposição invade (poder regulamentar típico) da competência exclusiva do Executivo, e como tal, fere a ordem jurídica, razão porque esta comissão é de parecer Contrário a sua tramitação.

Sala das Comissões, em 05.06.2001.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente  
**ADEMAR TRAIANO** - Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 132/2001**

**P A R E C E R :**

Chamada esta Comissão de Finanças a se manifestar sobre o Projeto de Lei nº 132/2001 de autoria do deputado Sérgio Spada, o qual autoriza o governo do Estado

a alterar a Norma de Procedimento Fiscal 046/99, que trata de liberação de mercadorias estrangeiras sem a comprovação do recolhimento de ICMS.

Cabe-nos informar que Norma de Procedimento Fiscal é exclusivamente de competência do Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Fazenda, e por isso, o presente projeto de lei fere a ordem jurídica, o que impede sua normal tramitação.

Assim sendo, manifesta-se esta comissão com parecer contrário.

Sala das Comissões, em 24.10.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

NEIVO BERALDIN - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,  
INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
PROJETO DE LEI Nº 132/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Sérgio Spada, visa autorizar o governo do Estado a alterar a Norma de Procedimento Fiscal 046/99, que trata de liberação de mercadorias estrangeiras sem comprovação do recolhimento de ICMS.

Chamada esta Comissão de Agricultura Indústria e Comércio a se manifestar, e após obter parecer contrário das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, com relação ao mérito, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 08.04.2002.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente

LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO - Relator

Com pareceres contrários da CCJ e da Comissão de Finanças. Com parecer favorável da Comissão da Agricultura, Indústria e Comércio. Por essa razão nós temos votação inversa.

Senhores deputados que aprovam, queriam levantar-se. **Rejeitado.**

### ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 164/2002, de autoria do deputado Marcos Isfer, que acresce alínea “d” ao inciso II do artigo 42 da Lei Estadual nº 12.398, que instituiu o Parana Previdência. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 033/2002, de 01.04.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 164/2002

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Marcos Isfer, tem por finalidade acrescentar alínea “d” ao inciso II do artigo 42 da Lei Estadual nº 12.398, de 1988, que instituiu o Parana Previdência.

Chamada esta Relatoria a se pronunciar sobre a legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 23.05.2002.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente em exercício

HERMES FONSECA - Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

### Atas de Comissão:

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA  
ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de junho do ano de dois mil e dois, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o deputado Antonio Carlos Belinati apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 09/2001 e 215/2002 e o senhor deputado Hermes Fonseca ao Projeto de Lei nº 331/2002, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA  
ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e dois, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o senhor presidente avocou e relatou os Projetos de Lei nºs 347/2001, 486/2001, 568/2001, 194/2002 e 107/2002 na sequência o deputado Hermes Fonseca apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 354/2001 e o deputado Luiz Fernandes Litro ao Projeto de Lei nº 402/2000, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a

presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e dois, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o senhor presidente avocou e relatou o Projeto de Resolução nº 28/2001 e o Projeto de Lei nº 216/2002, e o deputado Antonio Carlos Belinati apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 357/2002, 252/2002, 335/2002, 248/2002, 677/2001, 271/2002, 363/2002 e 351/2002, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de julho do ano de dois mil e dois, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o senhor presidente avocou e relatou os Projetos de Lei nºs 386/2002, 495/2001, 30/2002 e 399/2002 e o Projeto de Lei Complementar nº 467/2002, e o deputado Antonio Carlos Belinati apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 417/2002, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e dois, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o senhor presidente avocou e relatou os Projetos de Lei nºs 309/2001 e 395/2001 (anexados), e o deputado Hermes Fonseca apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 390/2002, 375/2002, 367/2002, 366/2002, 365/2002 e 308/2002, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de agosto do ano de dois mil e dois, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o senhor presidente avocou e relatou os Projetos de Lei nºs 358/2002 e 389/2002 (anexados), e o deputado Antonio Carlos Belinati apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 424/2002, 420/2002, 676/2001, 419/2002, 447/2001 e 344/2002, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e dois, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do

Dia, quando o senhor presidente avocou e relatou os Projetos de Lei nºs 86/2002 e 628/2001, e o deputado Orlando Pessuti apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 487/2001, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

---

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 071ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
27 DE AGOSTO DE 2002**

*(terça-feira)*

---

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nelson Garcia e Cesar Seleme.

Às nove horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Luiz Carlos Zuk, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral; PTB: Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi; PMDB: Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati; PSC: Fernando Guimarães (34). Achando-se ausentes os seguintes senhores deputados: Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Hermes Fonseca, Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Ricardo Chab, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins, Carlos Simões, Luiz Carlos Alborghetti, Chico Noroeste, Basílio Zanusso, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães, Antonio Baratter, Eli Ghellere, José Maria Ferreira e Neivo Beraldin (20).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Projeto de Resolução:**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 18/2002**

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º, da Resolução nº08/2002, de 03 de julho de 2002, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica concedido aos funcionários efetivos do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa o Vale Refeição, instituído pela Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976.”

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 27.08.2002.

(a) CEZAR SILVESTRI

**Projetos de Lei:**

**PROJETO DE LEI Nº 589/2002**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cantagalo, com sede e foro no município de Cantagalo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.08.2002.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cantagalo, por ser ela uma entidade sem fins lucrativos, e que tem por finalidade manter e incentivar a criação de estabelecimentos especializados ao tratamento, educação, habitação, reabilitação e inserção social do excepcional; estimular o trabalho do excepcional; desenvolver a cultura especializada e o treinamento de pessoal destinado a trabalhar no campo da educação para excepcional; esclarecer, orientar e auxiliar os pais e amigos na conduta relativa ao excepcional, entre outros.

Daí por que conto com a sensibilidade e apoio dos nobres colegas parlamentares, para aprovação imediata desta lei, por ser uma questão humanitária e de ordem social.

PROJETO DE LEI Nº 590/2002  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Cristã Beneficente de Turvo, com sede e foro no município de Turvo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.08.2002.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Cristã Beneficente de Turvo, por ser ela uma entidade sem fins lucrativos, e que tem por finalidade a proteção e assistência à família desamparada, velando pelo seu bem-estar social, procurando por todos os meios possíveis conduzir as pessoas carentes para um objetivo útil à sociedade.

Daí por que conto com a sensibilidade e apoio dos nobres colegas parlamentares, para aprovação imediata desta lei, por ser uma questão humanitária e de ordem social.

PROJETO DE LEI Nº 591/2002  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Banhado Grande, com sede e foro no município de Guarapuava.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.08.2002.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Banhado Grande, por ser ela uma entidade sem fins lucrativos, e que tem a finalidade de representar os moradores da comunidade junto aos poderes constituídos e fomentar o desenvolvimento humano, cultural e social dos moradores, além de promover estudos das condições sociais dos mesmos.

Daí por que conto com a sensibilidade e apoio dos nobres colegas parlamentares, para aprovação imediata desta lei, por ser uma questão humanitária e de ordem social.

PROJETO DE LEI Nº 592/2002  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Maria d'Oeste, com sede no município de Santa Maria d'Oeste e foro no município de Pitanga.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.08.2002.

(a) NELSON JUSTUS

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Maria do Oeste, com sede no município de Santa Maria do Oeste e foro no município de Pitanga, entidade sem fins lucrativos, que tem realizado maravilhoso trabalho na promoção da assistência social, com o desenvolvimento de projetos de proteção ao excepcional e seus familiares, do município de Santa Maria do Oeste e de toda a região.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 593/2002  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Provopar - Programa do Voluntariado Paranaense de Santo Antonio da Platina, com sede e foro na cidade de Santo Antonio da Platina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.08.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

**JUSTIFICATIVA:**

O Provopar de Santo Antonio da Platina, com foro e sede nesta cidade, foi fundado em 10 de abril de 1997, localizado na Rua Benjamin Constant, 400 (Centro Social Urbano). É uma entidade civil, sem fins lucrativos, com finalidades filantrópicas e prazo de duração indeterminado.

Está em regular funcionamento, com suas ações voltadas à assistência social, desenvolvendo atividades como: Centro de Atendimento à Família, Casa Lar (abriga menores de 0 a 12 anos), Clube de Mães, Centro Dia (idosos). Entre os atendidos estão crianças, adolescentes, adultos, idosos e portadores de deficiência.

De acordo com os documentos que acompanham a presente solicitação, a entidade está em condições de ser reconhecida de Utilidade Pública.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

**PROJETO DE LEI Nº 594/2002**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Assistência Médica-Hospitalar Dr. Lincoln Graça, com sede e foro na cidade de Joaquim Távora.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.08.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação de Assistência Médica-Hospitalar Dr. Lincoln Graça, com sede e foro na cidade de Joaquim Távora, constituída em 04/10/99, estabelecida na Rua Tenente Ubirajara de Souza, 633, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de duração de tempo indeterminado, com a finalidade de atendimento na área de saúde, visando o bem-estar e as necessidades da comunidade.

A entidade está em regular funcionamento, com suas ações direcionadas na forma do artigo 2º, parágrafo 2º, de seu estatuto.

De acordo com os documentos que acompanham o presente, está de conformidade com a legislação vigente e em condição de ser reconhecida de Utilidade Pública, motivo pelo qual contamos com sua aprovação pelos nobres colegas parlamentares.

**PROJETO DE LEI Nº 595/2002**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica alterado e acrescido de alíneas “c” e “d” o inciso VII do artigo 3º, da Lei nº 12.216, de 15 de julho de 1998, alterada pela Lei nº 12.604, de 02 de julho de 1999:

“Art. 3º - ...

VII - 0,22% (zero vírgula vinte e dois por cento) sobre o valor do imóvel ou da obrigação nos atos praticados pelos cartórios de protestos de títulos, registros de imóveis e tabelionatos, observando-se que:

a) ...

b) ...

1. ...

c) 0,02 (zero vírgula zero dois por cento) do valor dos recursos advindos, de que trata este inciso, será destinado, como forma de compensação, aos registradores civis das pessoas naturais pelos atos gratuitos, por eles

praticados, conforme estabelecido no artigo 8º da Lei Federal nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000;

d) fica a cargo do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - Funrejus, estabelecer as normas aplicáveis para a compensação aos registradores civis”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei nº 13.228, de 18 de julho de 2001 e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.08.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

**JUSTIFICATIVA:**

Em 18 de julho de 2001 foi sancionada a Lei nº 13.228, que criou o Fundo de Apoio ao Registro Civil de Pessoas Naturais - Funarpen, que tem por fim custear os atos praticados gratuitamente pelos registradores civis com certidões de nascimento e óbito, criando o selo obrigatório de autenticidade em todos os atos praticados pelos Tabeliões de Notas de Protestos, Registros de Imóveis, Registros de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas e Registro Civil de Pessoas Naturais.

Apesar das boas intenções da lei supracitada, seus efeitos aplicativos foram inócuos, tanto para a classe de notários e registradores, como para os usuários dos serviços cartorários. Pois a aplicabilidade da norma legal não trouxe os benefícios esperados aos registradores civis de pessoas naturais, no aspecto funcional, administrativo e financeiro, assim como propiciou maior demora nos serviços utilizados pelos usuários dos cartórios.

Assim sendo, estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de revogar a Lei nº 13.228/2001, que embora tenha agido para melhorar os serviços públicos, mostrou-se de pouca eficiência.

Outrossim, procuramos compensar os registradores civis acrescentando dispositivos na Lei nº 12.216, que criou o Funrejus.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Não há oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expedientes.

Horário das Lideranças: PL; PSC; PSL; PPS; PDT.

Com a palavra o deputado Luiz Carlos Zuk.

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Senhor presidente, senhores deputados e senhora deputada Luciana Rafagnin.

Estivemos em Campo Largo e verificamos, senhor presidente, peço este horário que havia realmente, uma condição pela qual nós pudéssemos, também agora na presença da ilustre deputada Serafina, encaminhar um requerimento ao senhor comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, que é inadmissível que os carros lotados no município de Campo Largo, quando vão efetuar a sua reposição de gasolina e principalmente, atenção, além da gasolina, o de óleo e de outros complementos para que a viatura se encontre em boas condições eles tenham que se deslocar até o município de São José dos Pinhais.

Na ida até São José e até a volta a Campo Largo eles perfazem de 80 a 100 quilômetros. Um tanque de gasolina 1/4 vai para abastecer o carro, ficando tão somente, 3/4 do tanque para eles efetuarem o seu serviço.

Acho que essa base operacional de fazer com que seja centralizado o abastecimento em São José dos Pinhais, a Polícia Militar poderia realmente, dar uma condição melhor de segurança, diminuindo, encurtando ou principalmente, abolindo com que as viaturas tenham que ir até São José dos Pinhais.

Esse é o primeiro assunto.

O segundo, senhor presidente, senhores deputados é com referência a este Parlamento: Ouvimos de V. Exa. ontem, que o Comitê de Imprensa solicitou à nossa presidência, extensão de trabalhos até quinta-feira.

Entendo que a Mesa Executiva de bom-senso com as Lideranças haverão de encontrar uma saída pela qual a Imprensa realmente possa ser atendida e respeitada e esta Casa tenha a desenvoltura dos trabalhos que têm tido até o dia de hoje.

Era isso senhor presidente, muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PT, deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, nós nesses últimos meses, a Assembléia legislativa debruçou-se sobre a questão do funcionalismo público do Estado do Paraná.

Nós deputados, discutimos o plano de cargos e salários do servidor público, discutimos as questões relativas aos professores, algumas pendências ainda estão tramitando na Casa e algumas correções foram feitas do ponto de vista da Legislação.

Acho que a maior vitória nesse sentido, se deu com os policiais do serviço da Polícia Civil do Estado do Paraná, que tiveram os seus vencimentos reajustados em todo o seu plano.

Então, é nesse sentido que estou com um requerimento apensado na Mesa Executiva. Tão logo votemos à pauta, nós possamos discutir a questão da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Não é possível que outros setores da sociedade, sobretudo quando todos nós estamos preocupados com segurança pública no Estado do Paraná, em todo o Brasil tem sido o tema das campanhas de todos os candidatos a Governador, todos os candidatos a presidente.

Há uma identificação por parte do conjunto da sociedade que a insegurança com que vive a nossa sociedade, precisa de alguma forma uma atuação mais enérgica por parte dos agentes do Estado para que algumas correções sejam feitas do ponto de vista das políticas de segurança do nosso País.

Hoje já se coloca como uma necessidade de que o Governo Federal, o Governo da União tenha uma política de segurança pública para todo o território nacional e não apenas fique com as atribuições que são vinculadas na

Constituição à Polícia Federal, mas que o governo brasileiro estabeleça, discuta com os Estados, com os municípios, com a sociedade de uma maneira geral, uma grande política de segurança pública que envolva desde atividade que possam disputar junto com a comunidade que a grande parte da juventude dos setores mais excluídos da sociedade brasileira, não entrem pelo caminho do uso de drogas e nem do tráfico de drogas que sabemos, hoje em dia, acaba se constituindo numa fonte de renda. É uma porta aberta para a criminalidade sem parâmetros na sociedade brasileira.

Afora isso, uma série de outras políticas que não apenas aquela de liberar verbas para a aquisição de cargos ou de armamentos.

Acho que a sociedade brasileira precisa discutir uma ampla política de segurança pública.

Em cada Estado, cada município podendo contribuir dentro desta política global.

É com esse objetivo que acompanhando a tradição da Polícia Militar do Estado do Paraná, e eu tive a felicidade de junto com o deputado Algaci e outros deputados, de participar talvez de uma das comissões parlamentares de inquérito aqui no Paraná mais polêmicas na história do Poder Legislativo, que foi a Comissão Especial que investigou o crime organizado, e depois a Comissão Parlamentar de Inquérito presidida pelo deputado Algaci Tulio.

É desnecessário dizer que membros da Polícia Civil foram apontados como participantes do crime organizado sem número de testemunhas, delegados deixaram o cargo, a cúpula da Polícia Civil perdeu o cargo. O secretário da Segurança Pública também acabou deixando a Secretaria de Estado, enfim, revelou-se para o Paraná, o gravíssimo problema que existe em nosso Estado que é o da segurança pública.

A experiência que tenho, senhor presidente, a visualização que tive dessa área de segurança pública é que mesmo com todos os problemas que temos hoje, do ponto de vista dos péssimos salários para a Corporação, posso dizer com a maior tranquilidade e é um orgulho para mim por ser paranaense, que a Polícia Militar do Estado do Paraná, em que pese que problemas existem, como existem em qualquer corporação, mas o núcleo central, a vertente, o nervo central da Polícia Militar do Estado do Paraná, está absolutamente sadio e contribuindo para uma política de segurança na sociedade para-naense.

Com esse objetivo que estou colocando um requerimento para que a Assembléia Legislativa convide o comando da Polícia Militar na próxima terça-feira, que façamos uma Sessão Especial, pode durar vinte minutos, trinta, quarenta, da forma como o senhor determinar, para que a Assembléia discuta o problema salarial na Polícia Militar.

Não é possível que a Polícia Civil tenha tido um aumento de mais de 100% nos seus vencimentos, e Polícia Militar do Estado do Paraná que tanto nos orgulha, o



governador do Estado, a Secretaria de Segurança Pública não tenha até agora apontado a perspectiva de um reajuste há muito tempo pleiteado da defasagem salarial dos policiais da nossa Polícia Militar.

Com esse objetivo que uso da palavra, espero a compreensão dos senhores deputados e gostaria que a maioria votasse favoravelmente a esse requerimento que é para que os deputados tomem conhecimento dos graves problemas que hoje perpassa a Polícia Militar no Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PSDB, deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, deputado Hermas Brandão, senhores parlamentares.

Na mesma linha do deputado Ângelo Vanhoni, também venho fazer mais uma vez o apelo ao Governo do Estado.

Tenho ocupado esse microfone em outras ocasiões para também encarecer à Liderança do Governo, sei que V. Exa. o presidente, também está trabalhando nesse sentido recebeu, ainda ontem, a presença do comandante da Polícia Militar aqui, nestas Casa. Eu, já na quinta-feira, recebi uma cópia da proposta encaminhada pela Polícia Militar à Secretaria da Administração, que trata do anteprojeto de lei alterando a Lei Estadual nº 6.417 de 03 de julho de 1973, referente à remuneração do pessoal da Polícia Militar, onde cita que o comandante geral da Polícia Militar envia o protocolo supra apresentando anteprojeto de lei propondo alterações na remuneração do pessoal da Polícia Militar, para que a divisão de cargos e salários desta Secretaria da Administração possa se manifestar sobre a pertinência ou não da proposta.

O documento deve vir acompanhado de vários dados, por exemplo: a remuneração atual de cada cargo; discriminando o vencimento-base, o soldo e todas as demais vantagens associadas à remuneração de cada cargo, que serão ou mantidas ou extintas e o quantitativo efetivo de cada cargo, incluindo inativos e pensionistas.

O segundo item: a remuneração proposta para cada cargo discriminando o vencimento-base, que é o soldo, e as demais vantagens associadas sobre a ótica da nova proposta e o quantitativo efetivo de cada cargo, incluindo inativos e pensionistas.

Item terceiro: a estimativa de custo atual “*versus*” proposto para ativos, inativos e pensionistas da Polícia Militar, discriminando a quantidade de cada categoria, o dispêndio atual por categoria (ativo, inativo e pensionistas) e o dispêndio com a nova proposta por categoria.

Esses dados, evidentemente, foram solicitados pela Secretaria da Administração do Governo do Estado e no dia 22 de agosto o comandante geral da Polícia Militar, coronel Gilberto Foltran, encaminha ao Secretário de Estado da Administração e Previdência as alterações com

as propostas para uma tabela atual de soldo dos policiais militares e uma proposta para uma nova tabela que, evidentemente, os custos, por exemplo, temos no que se refere a estimativa de custos para o pessoal da ativa da Polícia Militar: atualmente, estaria em torno de 18 milhões, uma proposta passando para 27 milhões, dando uma diferença de 9.253.994,37 (nove milhões duzentos e cinquenta e três mil novecentos e noventa e quatro reais e trinta e sete centavos), daria um percentual de 50,66%.

Para o pessoal inativo, cuja folha, hoje, é de onze milhões, uma nova proposta passaria para quatorze milhões, com a diferença, portanto, de 2.966.392,55 (dois milhões novecentos e sessenta e seis mil trezentos e noventa e dois reais e cinquenta e cinco centavos), um percentual de 26,68%.

Para o pessoal pensionista da Polícia Militar, a folha atual é de 6.784.886,50 (seis milhões setecentos e oitenta e quatro mil oitocentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos) passaria com a nova proposta para nove milhões seis mil novecentos e noventa e dois reais e cinquenta e nove centavos, daria uma diferença de dois milhões duzentos e vinte e dois mil cento e seis reais e três centavos, com percentual de 32,75%.

Isso tudo, senhor presidente, senhores deputados, daria um impacto na folha de pagamento do Governo do Estado em relação à Polícia Militar, na ordem de aproximadamente 14 milhões de reais. Essa proposta já foi encaminhada na última quinta-feira ao Governo do Estado, cuja Secretaria de Administração estuda esse impacto e a possibilidade de atendimento, para que então se encaminhe a esta Assembléia para que discuta, para que vote e depois a implantação caberia ao Governo do Estado escalonar essa implantação.

O que temos sentido é que nos quartéis, nos batalhões, nas companhias da Polícia Militar, há um descontentamento geral.

Ninguém pode negar que o governo do Estado deu uma contribuição muito grande para a Polícia Militar e eu mesmo, que fui o Relator da matéria aprovada aqui há questão de dez dias atrás, enalteci a atuação do Governo do Estado, reconheci a importância da forma como o Governo atendeu a nossa Polícia Civil.

No entanto, é preciso também, agora, atender a Polícia Militar, porque agora criou uma diferença salarial entre o policial civil e o policial militar e, se aceita esta proposta aqui, encaminhada pela Polícia Militar na última quinta-feira, vai igualar o salário do policial civil com o soldo do policial militar e nós não teremos mais diferenciação salarial entre uma Corporação e uma Instituição.

Por isso, senhor presidente, da mesma maneira que nós reconhecemos e cumprimos o governo do Estado de atender aos reclamos da Polícia Civil, nós carecemos agora ao Governador que volte também a sua atenção para a Polícia Militar. Há um clima de muita intranquilidade, de muita insatisfação nos Quartéis.

Já tivemos aqui, na semana passada, a presença das esposas de policiais militares fazendo uma manifestação, ao risco não apenas de um retorno das mulheres em frente os portões dos quartéis, mas como também ao desestímulo do Policial Militar em cumprir com a sua tarefa, porque de repente ele se sente inferiorizado na questão salarial em relação ao policial civil.

Desta forma, senhor presidente, volto a dizer: ontem V. Exa. recebeu o comandante da Polícia Militar; hoje o deputado Ângelo Vanhoni faz um requerimento pedindo que a Assembléia discuta aqui, ouça o que tem a dizer a Polícia Militar.

Acho que tudo isso é salutar, tudo isso é importante, mas o mais importante, na verdade, é fazer com que a Liderança do Governo, com que V. Exa. que tem o acesso fácil ao Governo do Estado, fazer com que o Governo se sensibilize em encaminhar para esta Casa uma proposta para que possamos votar esta proposta e depois a implantação desse percentual que vai chegar em torno de quase quatorze milhões de reais - desde que dentro do que determina a nova Lei de Responsabilidade Fiscal, o Governo estude uma implantação se não para este ano, mas para o ano que vem, mas que mande para esta Casa. Porque, para deixar para começar tudo de novo, a tratar da Polícia Militar quando assumir o outro Governo somente lá depois de janeiro, não se sabe qual será o comportamento dos policiais daqui até lá.

Por isso, é salutar, é necessário e é providencial que o Governo estude essa proposta, encaminhe para a Assembléia uma Mensagem para que nós, ainda neste período que antecede as eleições, possamos atender a Polícia Militar, acenar com a aprovação desta Mensagem para que a implantação, depois, ocorra no momento oportuno que o Governo entender assim. É um pedido que faço, senhor presidente, em relação a questão da Polícia Militar. Estou muito preocupado! Tenho tido contato constantemente com a Corporação e neste exato momento, por exemplo, o coronel Foltran que esteve ontem falando com Vossa Excelência, está reunido com comandantes de batalhões do interior lá no quartel da Polícia Militar e a insatisfação, volto a repetir, é muito grande. Se o Governo não acenar, nos próximos dias, com o encaminhamento para esta Casa de uma Mensagem para a Polícia Militar, vamos ter alguns problemas na área da Segurança. É um apelo que faço a V. Exa.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Só respondendo a V. Exa., estive, como presidente deste Poder Legislativo, falando com o chefe do Poder Executivo na semana passada e coloquei exatamente essa situação que se encontra a Polícia Militar. Tenho andado muito pelo interior, tenho conversado com os comandantes, tenho conversado com os praças, com os oficiais e nós sentimos que se o Governo não encaminhar, imediatamente, a Mensagem para esta Casa de Leis nós vamos ter dificuldades já na próxima semana com a Polícia Militar.

#### O SR. ALGACI TULIO

É verdade. É exatamente neste sentido que estou falando com V. Exa. e com os deputados.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

E vou voltar, hoje, a falar com o governador para que possam encaminhar o mais rápido possível esta Mensagem para esta Casa.

#### O SR. ALGACI TULIO

Concedo um aparte ao deputado Ângelo Vanhoni.

#### O Sr. **Ângelo Vanhoni**

Senhor deputado Algaci Tulio, gostaria de sugerir, porque faço parte junto com V. Exa. da Comissão de Segurança, a qual é presidida pelo deputado Ricardo Chab. Acho que seria de bom tom, uma sugestão, que trouxéssemos uma discussão um pouquinho melhor para a Assembléia quando o projeto, o Poder Executivo mandar que o presidente, levar isso ao presidente Ricardo Chab, que a Comissão de Segurança, junto com os deputados que quiserem, fizesse uma visita ao comando para tomar conhecimento, fazer uma discussão mais pormenorizada também com o comando da Polícia Militar. É uma sugestão.

#### O SR. ALGACI TULIO

Tudo, neste momento, é válido no sentido de que possamos amenizar esse clima de intranquilidade e de insatisfação que ocorre dentro dos quartéis.

Era só, senhor presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PTB; Liderança do Governo; Liderança da Oposição.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### **ORDEM DO DIA,**

com a presença de 34 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três), de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três), de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 530/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 030/2002, que objetiva instituir a carreira de agente fazendário estadual - AFE, vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Paraná, composta pelos atuais ocupantes de cargos públicos do Quadro Geral, alocados na Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná ou Coordenação da Receita do Estado (CRE). **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 530/2002  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituída a carreira de agente fazendário estadual - AFE, vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná, composta pelos atuais ocupantes de cargos públicos do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, alocados na Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná ou Coordenação da Receita do Estado (CRE).

Art. 2º - Para efeito da presente lei:

I - Carreira: agrupamento de cargos em classes da mesma profissão ou atividade, escalonados segundo hierarquia de serviço.

II - Cargo: unidade funcional básica da estrutura organizacional, de caráter genérico, de mesmo grau de complexibilidade/responsabilidade, composto por uma ou mais funções relacionadas ao desempenho de tarefas da área de atuação estatal, criado por lei, com denominação própria e quantidade fixada por classes, pagamento pelos cofres do Estado e provimento mediante aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos.

III - Classe: escalonamento hierárquico de desenvolvimento profissional de um cargo, com idênticas atribuições e responsabilidades;

IV - Função: conjunto de atribuições vinculadas à habilitação correspondente, de caráter específico para o desempenho de tarefas em um cargo de mesmo grau de complexibilidade/responsabilidade;

V - Grau de complexibilidade/responsabilidade: atributo do cargo referente ao requisito de escolaridade e complexibilidade de tarefas desempenhadas;

VI - Provimento: é o ato de designação de uma pessoa para titularizar um cargo público, atendidos os requisitos para a investidura;

VII - Progressão: passagem do funcionário público de uma referência salarial para outra de maior valor, atendidos os requisitos estabelecidos para a classe;

VIII - Promoção: passagem do funcionário público estável e em efetivo exercício em uma classe, para classe imediatamente superior, dentro do mesmo cargo;

IX - Tabela de Referência de Vencimento: tabela numérica, composta de indicativo de classe (coluna) e nível/referência salarial (linha), cuja interseção reflete o vencimento base sobre a qual incidirão os cálculos de vantagens adicionais de remuneração;

X - Amplitude Salarial: intervalo entre o menor e o maior vencimento da Tabela de Referência de Vencimento, compreendida a primeira referência da Classe Inicial e a última referência da Classe Final;

XI - Vencimento: é a retribuição financeira pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao símbolo, ou nível (referência salarial) fixado em lei; e

XII - Vencimentos ou remuneração: é a retribuição financeira pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao vencimento mais as vantagens financeiras asseguradas por lei.

Art. 3º - A carreira de agente fazendário estadual - AFE, será organizada em 3 cargos de acordo com a natureza profissional, complexidade de suas atribuições e nível de escolaridade, sendo que, cada cargo, será composto de 03 (três) classes: III, II e I, na forma do Anexo I.

§ 1º - A carreira de agente fazendário estadual - AFE, será composta de 3 cargos:

I - agente fazendário estadual A;

II - agente fazendário estadual B;

III - agente fazendário estadual C.

§ 2º - A Classe III de cada cargo, será classe inicial para o ingresso e a classe I, a final para o desenvolvimento na carreira.

§ 3º - O requisito de escolaridade mínima para ingresso dos cargos e das funções de cada cargo serão fixados na forma do anexo II desta lei.

§ 4º - A descrição das atribuições dos cargos, regulamentação da carga horária e outras características atinentes às funções serão definidas em ato do chefe do Poder Executivo, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Art. 4º - O estágio probatório será de 03 (três) anos de efetivo exercício na classe da carreira de agente fazendário estadual, observado o disposto no parágrafo 4º, do artigo 36 da Constituição Estadual do Paraná.

Art. 5º - O enquadramento na carreira de agente fazendário estadual - AFE, nos cargos de agente fazendário estadual A, B e C se dará na referência inicial de cada classe de acordo com a correlação de cargos constantes do anexo III.

Parágrafo Único - A execução do presente enquadramento será de responsabilidade da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Art. 6º - Aplicam-se aos integrantes da presente estruturação administrativa e funcional, as Tabelas de Referência de Vencimento, na forma do Anexo IV, desta lei, reajustados segundo a legislação salarial em vigor mantidos os percentuais de diferença entre as classes.

Art. 7º - Aplicam-se aos integrantes da presente carreira, a seguinte estrutura de remuneração:

- I - Vencimento base ou vencimento;
- II - Adicional por Tempo de Serviço;
- III - Adicional Fazendário;
- IV - Salário - Família.

§ 1º - O Adicional Fazendário - AF é a retribuição financeira fixada em valor, de natureza permanente, exclusiva para o cargo de agente fazendário estadual - AFE, incorporável para todos os efeitos legais;

§ 2º - O valor atribuído ao adicional a que se refere o parágrafo acima, não poderá ser superior ao valor correspondente à 50% por cento da primeira referência da classe inicial dos respectivos cargos.

§ 3º - Ato do chefe do Poder Executivo regulamentará a aplicação e fixará os valores do adicional a que se referem os parágrafos anteriores.

Art. 8º - Os funcionários que ingressarem nos cargos da carreira de agente fazendário estadual terão lotação na Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP e serão alocados na Secretaria da Fazenda ou na Coordenação da Receita do Estado - CRE.

Art. 9º - Os integrantes da carreira abrangidos por esta lei, ficam sujeitos à prestação de 40 (quarenta) horas semanais de jornada de trabalho.

Art. 10 - O desenvolvimento na carreira de agente fazendário estadual, se dará pelos institutos de progressão e promoção.

Art. 11 - A progressão se dará na classe ao funcionário estável por antigüidade, avaliação de desempenho e por titulação.

§ 1º - A progressão por antigüidade ocorrerá a cada cinco anos de efetivo exercício na classe e será equivalente a duas referência salarial.

I - o estágio probatório será computado para a concessão de progressão por antigüidade;

II - não se contará o tempo correspondente a contratos por prazo determinado, continuados ou não firmados com o Estado do Paraná e afastamentos não remunerados para efeito desse parágrafo.

§ 2º - A progressão por Avaliação de Desempenho será equivalente a uma referência salarial, de acordo com os critérios fixados em legislação própria, por proposição do Secretário de Estado da Fazenda.

§ 3º - A progressão por Titulação ocorrerá pelos seguintes critérios:

I - para o cargo de agente fazendário estadual C: até duas referências, a cada quatro anos, por ter concluído cursos sendo uma referência para cada 40 (quarenta) horas ou por experiência.

II - para o cargo de agente fazendário estadual B: até duas referências, a cada quatro anos, por ter concluído cursos relativos ao desempenho, sendo uma referência para cada 80 (oitenta) horas ou por experiência.

III - para o cargo de agente fazendário estadual A: até duas referências, a cada quatro anos, por ter concluído cursos relativos ao desempenho, sendo uma referência para cada 180 (cento e oitenta) horas ou por experiência.

§ 4º - Os títulos de que trata o parágrafo anterior não poderão ser computados de forma cumulativa para efeitos da progressão por titulação, ficando sem eficácia administrativa após sua utilização para a presente progressão, exceto para efeito de promoção.

§ 5º - Serão aceitos apenas certificados ou diplomas expedidos por Instituição de Ensino reconhecida legalmente e/ou aqueles contemplados em regulamento específico.

Art. 12 - A promoção ocorrerá a cada quatro anos, para o funcionamento estável, dentro de um mesmo cargo, devendo observar os seguintes requisitos:

I - existência de vaga na classe;

II - avaliação de títulos, tais como titulação escolar formal, experiência e/ou tempo de serviço;

III - tempo mínimo de dois anos de efetivo exercício na classe e somente após o estágio probatório;

IV - obtenção de conceito satisfatório nas avaliações de desempenho a que for submetido;

V - atendimento dos demais requisitos da classe a que estará concorrendo, previstos em legislação específica.

Parágrafo Único - Ato do chefe do Poder Executivo estabelecerá os critérios e a competência para a concessão de promoção, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Art. 13 - A primeira promoção para os integrantes da carreira de agente fazendário estadual, se dará após 12 (doze) meses, a partir do enquadramento da presente lei.

Parágrafo Único - Ato do chefe do Poder Executivo estabelecerá os critérios e a competência para a concessão de promoção, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Art. 14 - A primeira progressão por tempo de serviço para os integrantes da carreira de agente fazendário estadual, se dará imediatamente à publicação da presente lei.

Parágrafo Único - Ato do chefe do Poder Executivo estabelecerá os critérios e a competência para a concessão de progressão, considerando-se, pelo menos, duas referências salariais para cada cinco anos de efetivo exercício prestado pelo servidor ao Estado do Paraná, ouvida

previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Art. 15 - Os servidores da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Paraná e Coordenação da Receita do Estado do Paraná, abrangidos pela presente lei, poderão, no prazo de 30 dias contados da data da publicação da presente, optar pela não aplicação do disposto nesta lei, permanecendo na situação anterior.

Art. 16 - Aplicam-se aos funcionários abrangidos por esta lei, as disposições da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado do Paraná.

Art. 17 - O cargo de agente fazendário estadual C fica considerado extinto ao vagar.

Art. 18 - Não se aplica aos integrantes da presente carreira a gratificação instituída pela Lei nº 13.515, de 26 de março de 2002.

Art. 19 - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do Poder Executivo.

Art. 20 - O Poder Executivo expedirá os atos necessários à plena execução da presente lei.

Art. 21 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.08.2002.

(a) ALGACI TULIO

Presidente e Relator

## ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 538/2001, de autoria do deputado Miltinho Pupio, que declara de Utilidade Pública o Provopar do município de Rio Bom, com sede e foro no município de Rio Bom. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

## ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 164/2002, de autoria do deputado Marcos Isfer, que acresce alínea "D" ao inciso II do artigo 42 da Lei Estadual nº 12.398, que instituiu o Paranaprevidência. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 458/2002, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação Casa Protegida Malala Maciel, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 460/2002, de autoria do deputado Fernando Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação Filantrópica da Igreja Evangélica Pentecostal Unida na Missão de Cristo, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 461/2002, de autoria do deputado Hermes Fonseca, que declara de Utilidade Pública o Centro de Tradições Gaúchas Chão Vermelho, de Cornélio Procópio, com sede e foro no município de Cornélio Procópio. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 464/2002, de autoria do deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública o Núcleo Assistencial Alimentação Maior Nalma, com sede e foro no município de Ibiporã. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 470/2002, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação Assistencial Novo Mundo com sede e foro na cidade de Carambeí, com sede e foro na cidade de Carambeí. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

Estamos, neste momento, apreciando o Substitutivo Geral da CCJ.

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Senhores deputados que aprovam o item 08, queiram levantar-se.

Dezesseis senhores deputados aprovam.

Senhores deputados que rejeitam o item 08, queiram levantar-se.

**Não há quórum para deliberação, somente para a continuação da presente Sessão.**

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão marcando uma sessão ordinária para segunda-feira, dia 02, à hora regimental, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 470, 481 e 537/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 541/99; 517 e 700/2001; 377. 449, 457, 487, 492, 499, 502, 511, 532, 534, 539, 540, 541, 548, 549 e 559/2002;

e do Projeto de Resolução nº 018/2002.

Levanta-se a Sessão.